



Estatização de cartórios da BA dificultou serviços e privatização é avanço

Os deputados baianos aprovaram, na noite da última terça-feira (30/8), o projeto de lei que determina a privatização dos cartórios extrajudiciais em todo estado da Bahia. A decisão foi determinada por unanimidade na Assembleia Legislativa do Estado. A previsão é que o projeto seja implementado em até 120 dias. A matéria estava emperrada na casa desde outubro de 2009. De fato, a peculiaridade da situação em que se encontram os cartórios extrajudiciais baianos chama a atenção. Hoje, apenas a Bahia ainda possui serviços notariais e de registros sob a gestão do Estado. Nos outros estados, são profissionais aprovados por meio de concurso público, que ficam com a responsabilidade de prestar os serviços à população com a fiscalização do Tribunal de Justiça estadual.

A estatização dos cartórios extrajudiciais na Bahia começou na década de 1960, no governo de Antonio Carlos Magalhães. Embora o artigo 236 da Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido que o serviço deve ser prestado por particular sob delegação do poder público, o Estado mantém os cartórios estatizados até hoje. E um dos problemas é que a estatização dos cartórios da Bahia resultou em má qualidade do serviço prestado.

A realidade na Bahia hoje é de grandes filas que se formam madrugada adentro, disputa acirrada pelas senhas, reclamações frequentes e até mesmo o aparecimento de vários intermediários, que prometem resolver situações com um “jeitinho brasileiro”. Na Bahia, por exemplo, uma certidão de nascimento pode demorar até 100 dias para ser fornecida. No Paraná, essa mesma certidão é emitida em 48 horas.

Além da demora, chama a atenção também o custo dos serviços prestados pelos cartórios estatizados. O registro de um imóvel no Paraná não passa de R\$ 607,99, enquanto na Bahia o serviço fica entre R\$ 113,42 e R\$ 101.983,02, dependendo do valor do imóvel. Segundo a própria corregedora nacional de justiça, a ministra Eliana Calmon, os serviços baianos estão sucateados, faltam servidores e os livros de registros estão caindo aos pedaços.

Modelo de qualidade, transparência e segurança jurídica, o sistema notarial e de registro brasileiro — à exceção da Bahia — é exemplo para o mundo, sendo reconhecido internacionalmente pela sua organização. Tanto que vários países já adotaram o sistema brasileiro como modelo para seus serviços.

É mesmo um absurdo o Estado pensar em assumir cartórios se não dá conta nem das escolas, nem da saúde, nem das estradas. Hoje, no mundo, são raríssimos os casos de tabelionatos estatizados. Até mesmo a China já está criando a profissão do tabelião como profissional autônomo, a exemplo do Brasil. Isso porque, a busca pela eficiência e adequação dos serviços notariais e de registro pressupõe que sejam geridos em caráter privado. Afinal, são os cartórios os responsáveis pela atribuição da segurança nos negócios e nos atos jurídicos da população, cumprindo um importante papel social, na medida em que exercem a tutela administrativa dos interesses privados.

Teresinha Ribeiro de Carvalho



é presidente do Sindicato dos Escrivães, Notários e Registradores do Paraná (Sienoreg-PR).

Date Created

16/09/2011